19:12 82%

_ SEG _ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Ivan Jã Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal) _ Pedro Zico (quinzenal)
_ TER _ Vinicius Pereira _ Pedro Doria _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dañiella (quinzenal) _ QUI _ Vinicius Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Cristóbal _ DOM _ Vinicius Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

ARTIGO

Descarbonização e adaptação juntas

NATALIE UNTERSTELL

O desastre climático no Rio Grande do Sul pede uma virada de chave na forma como tratamos o desenvolvimento do país. O Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em seu Sexto Relatório de Avaliação de 2023, fala de caminhos de desenvolvimento resiliente, e não mais apenas sustentável.

Mantido o planejamento de infraestrutura baseado nas séries históricas de dados hidrológicos e climatológicos, há grandes chances de criar riscos adicionais de perdas e danos, caso não sejam consideradas projeções e incertezas imputadas pelo aquecimento global.

Conquanto o aumento do "estoque" de infraestrutura no Brasil seja essencial para a prosperidade econômica do país no curto e no longo prazo, fazer com que os investimentos nessa direção aumentem a resiliência — não criem mais vulnerabilidade a choques climáticos no país — é de igual ou maior importância. Uma excelente oportunidade é incutir adaptação no pacote do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que buscará mobilizar R$ 1,7 trilhão até 2026. A expectativa é que a construção do Plano Clima, com estratégias transversais de adaptação e mitigação, além de 23 planos setoriais, possa ajudar a avançar.

Numa perspectiva global, quanto maior o estoque de infraestrutura e cidades resilientes aos riscos associados à mudança do clima, melhor para a economia. Bilhões de pessoas no mundo, além de empresas e governos, podem se beneficiar do consumo e das tecnologias de baixo carbono e resilientes, pois facilitam uma resposta mais rápida e eficiente aos impactos climáticos.

Dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a adaptação muitas vezes ficou em segundo plano em relação aos esforços de mitigação. Apesar de sua igualdade de *status* no Acordo de Paris, a adaptação ainda não recebeu a atenção e os recursos que merece.

À medida que as negociações climáticas preparatórias para a COP29 começam na próxima semana, em Bonn, na Alemanha, os países precisam aproveitar a oportunidade para elevar o discurso político sobre adaptação, superar as lacunas na implementação dos planos nacionais e expandir o financiamento para isso.

O Quadro dos Emirados Árabes Unidos para a Resiliência Climática Global, adotado na COP28, representa um passo importante para aprimorar os esforços globais de adaptação. Central nele está o Programa de Trabalho UAE-Belém, uma iniciativa de dois anos destinada a desenvolver indicadores para adaptação. Os Planos Nacionais de Adaptação (PNAs) podem também orientar os esforços dos países nesse sentido. No entanto seu avanço tem sido dificultado por financiamento e apoio técnico insuficientes.

Afinal, quem pode se adaptar melhor? Aqueles que têm mais acesso a recursos financeiros e tecnológicos. Assim, neste ano em que o principal foco da diplomacia climática será o financiamento, está mais uma vez colocada a necessidade de atender às crescentes necessidades de adaptação, em especial das comunidades na linha de frente.

Adaptar-se ao novo clima nos dá a chance de aprender a lidar com riscos numa escala maior do que a individual. Podemos proteger nossa casa contra enchentes, mas sozinhos não podemos impedir que as enchentes atinjam nosso bairro ou nossa cidade.

No cerne de se adaptar, está a rápida transição para longe de combustíveis fósseis em todos os níveis e setores possíveis. Junto disso, é preciso construir capacidade para antecipar, enfrentar e adaptar-se aos extremos. Portanto descarbonização e adaptação são parte da mesma solução: quanto mais da primeira, mais possível a segunda. Somente por meio de ação concertada e coletiva podemos construir um futuro resiliente.

Natalie Unterstell, mestre em política pública pela Universidade Harvard, é presidente do Instituto Talanoa

N. da R.: Elio Gaspari voltará a escrever em 5 de junho

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: bernardomf
bmf@oglobo.com.br

Pedagogia do cassetete

O governador Tarcísio de Freitas sancionou a lei que institui as escolas cívico-militares em São Paulo. O programa virou bandeira eleitoral do bolsonarismo. Agora será implantado no estado mais rico e populoso do país.

O anúncio mobilizou a bancada da bala, que foi aplaudir o governador no Palácio dos Bandeirantes. O deputado Coronel Telhada definiu o aliado como "exemplo de homem público". "A cada dia, nos faz mais felizes por sermos do seu time", derramou-se. Tarcísio disse que os alunos vão "desenvolver o civismo" e "cantar o Hino Nacional". Faltou explicar no que isso pode contribuir para melhorar o ensino.

Até aqui, o modelo só tem melhorado a vida de militares da reserva. Em São Paulo, policiais recrutados como inspetores receberão cerca de R$ 6 mil, além da aposentadoria. Ganharão mais que o piso estadual dos professores, de R$ 4.580.

Em outros estados, escolas militarizadas têm sido palco de abusos e violência. No Distrito Federal, um aluno foi imobilizado com spray de pimenta e algemado após brigar com um colega. Em outro episódio, policiais apagaram um grafite em homenagem a Nelson Mandela, ícone da luta antirracista, e mandaram retirar cartazes sobre o Dia da Consciência Negra.

"Querem transformar escola em quartel e estudante em soldado", critica a professora Catarina de Almeida Santos, que pesquisa o tema na Universidade de Brasília. "A vida militar é organizada pela hierarquia, e a escola deve ser um espaço de diálogo e respeito à diversidade. São valores diametralmente opostos", resume.

A nova lei também entrou na mira de fundações privadas, que já estudam recorrer à Justiça. "É um retrocesso para as políticas educacionais e passa uma péssima mensagem para a sociedade", diz Gabriel Salgado, gerente de educação do Instituto Alana. Ele afirma não haver evidência de que a militarização melhore o desempenho dos alunos. "O modelo ainda aumenta as desigualdades, porque tende a expulsar estudantes de grupos vulneráveis."

Se não contribui com a aprendizagem, a pedagogia do cassetete pode render dividendos políticos. "A gente olha os alunos das escolas cívico-militares e vê que está diante de um novo Bolsonaro lá na frente", exaltou Tarcísio, em discurso recente ao lado do padrinho.

ARTIGO

Desperdício paulistano na saúde

NATALIA PASTERNAK E PAULO ALMEIDA

Conteúdo publicitário da Prefeitura de São Paulo, veiculado em sites de grandes jornais — inicialmente na Folha de S.Paulo, em outubro do ano passado, mais recentemente no GLOBO —, vangloria-se da quantidade de práticas integrativas e complementares (PICs) oferecidas no Sistema Único de Saúde (SUS) do município. Nesse material, encontramos as falácias lógicas comuns de quem defende práticas supostamente terapêuticas que nunca foram testadas adequadamente pela ciência ou que já foram testadas à exaustão — e reprovadas.

O Instituto Questão de Ciência (IQC) trabalha desde sua criação, em 2018, para informar gestores e público a respeito do papel crucial que evidências científicas deveriam desempenhar na formulação e adoção de políticas públicas. As PICs, como política pública de saúde, têm sido tema recorrente nesse esforço. Muitas das práticas que figuram entre as 29 PICs atualmente autorizadas para uso no SUS — como homeopatia, acupuntura, reiki, ozonioterapia — não têm plausibilidade. Baseiam-se em premissas que contradizem princípios fundamentais da física, química e biologia.

O guarda-chuva das PICs inclui também tratamentos com algum verniz de plausibilidade, como os que envolvem atividade física e os medicamentos baseados em plantas (fitoterápicos). Mas, na maioria desses casos, os testes necessários para determinar se essa plausibilidade se concretiza em benefícios para o paciente — e os parâmetros que devem ser respeitados para que os benefícios superem eventuais riscos — ou ainda não foram conduzidos, ou são inconclusivos, ou carecem de qualidade.

Com exceção de alguns poucos fitoterápicos, todas as terapias e medicamentos reunidos sob a bandeira do "integrativo e complementar" que chegaram a ser testados em ensaios clínicos de boa qualidade falharam. Não alcançam efeito para além do placebo: nas vezes em que parece funcionar, a terapia na verdade apenas "rouba o crédito" de fatores outros, como flutuação natural dos sintomas, condicionamento psicológico ou conforto emocional.

O crédito roubado é o melhor amigo das terapias sem comprovação. A Prefeitura de São Paulo explora isso ao fazer das PICs peça de campanha, citando como evidência não testes clínicos controlados, mas o número de usuários satisfeitos e o aumento da procura.

É preocupante que dinheiro público seja usado para implementar e fazer propaganda dessas práticas. O gasto com PICs é uma caixa-preta nas contas públicas do Brasil em geral e da cidade de São Paulo em particular. Esconde-se no orçamento da atenção básica de saúde, e não fica explícito quanto os placebos e seu entorno (insumos, infraestrutura, treinamento) custam ao Erário.

Práticas integrativas e complementares oferecidas pelo município não alcançam efeito para além do placebo

Pesquisa realizada por alunos de Direito da FGV, sob supervisão do IQC e do professor Roberto Dias, destacou a extrema dificuldade de obter dados detalhados sobre os gastos com PICs. Ao revisar a Lei Orçamentária do Município de São Paulo e consultar diversos documentos financeiros, como planos plurianuais e relatórios de gestão fiscal, os pesquisadores não encontraram informações específicas sobre os gastos com PICs. Nem mesmo consultas ao portal da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e visitas presenciais à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Município resultaram em dados detalhados. A opacidade e a burocracia impedem a obtenção de informações precisas, inviabilizando a discussão pública qualificada sobre o tema.

O princípio da eficiência, um dos pilares da administração pública, é reiteradamente ignorado nas políticas nacionais, estaduais e municipais de saúde quando as práticas integrativas e complementares entram em cena.

O rótulo "integrativo e complementar" é peça de marketing, criada para encobrir as inadequações das terapias que agrega. Tratamentos de base científica sólida não requerem categorias especiais. É compreensível, mas lamentável, que acabe cooptado por outro tipo de marketing, encarregado de encobrir outra família de inadequações — o político.

Natalia Pasternak é professora na Universidade Columbia e presidente do Instituto Questão de Ciência (IQC). **Paulo Almeida** é professor na Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) e diretor do IQC